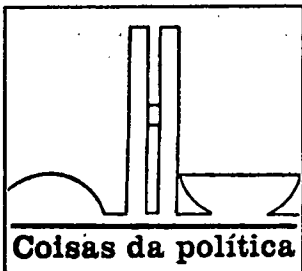


Política versus economia - BRASIL

André Gustavo Stumpf

OS manuais de estratégia dos exércitos mais sofisticados e as normas de sobrevivência da malandragem carioca coincidem em que não se deve enfrentar mais de um adversário ao mesmo tempo. E se ele for poderoso, é de boa política estudar com atenção suas fraquezas antes de aceitar o confronto. Essa regra de ouro da prudência foi desafiada pelo governo Sarney, que admitiu uma série de guerras paralelas contra diversos adversários, todos eles poderosos, e começa a colher agora os frutos de seu entusiasmo: desde a desvalorização do cruzado em relação ao dólar, teve início, na realidade, o processo de correção no Plano Cruzado, em ritmo de tamanha urgência que não foi possível aguardar a realização das eleições de 15 de novembro.



O Governo está em litígio aberto e declarado com os pecuaristas, por causa da questão do boi e do abastecimento da carne que, apesar da desapropriação e das reiteradas ameaças, teima em não se resolver. A administração está desafiando os latifundiários com a sua prometida reforma agrária e, ao mesmo tempo e pela mesma razão, provocando insatisfação no clero progressista que o acusa de não trabalhar claramente em favor do projeto de repartição da terra. O Governo coleciona problemas com os banqueiros, que estão fechando agências no país inteiro e se prepara para começar a viver um enfrentamento com a indústria — porque há uma escassez significativa de produtos industrializados.

Ao lado disto, o Plano Cruzado desestimulou o investimento financeiro e praticamente extinguiu a rentabilidade do *open market*, enquanto os técnicos da área econômica batiam forte nos investidores da bolsa de valores. As ações cotadas em bolsa estão, hoje, com preço inferior ao de janeiro deste ano, quando o cruzeiro ainda era a moeda deste país. E, por último, o governo Sarney não conseguiu fechar um acordo externo com os banqueiros internacionais. O discurso oficial brasileiro no exterior é eloquente e brilhante, mas não encontrou até agora os caminhos necessários para a resolução dos problemas financeiros do país. O resultado da superposição de problemas foi constatado na semana passada por um ministro de estado, de livre acesso ao gabinete do presidente José Sarney: "Há um clima de pânico no mercado financeiro paulista".

A eleição de 15 de novembro concorre para tornar a situação ainda mais confusa, porque os interesses contrariados, não apenas criticam ferozmente o poder central, mas procuram se organizar para financiar os candidatos de oposição. No centro

do pânico em São Paulo, o Governo percebeu que alguns investidores estão jogando com duas possibilidades: a primeira é a de que o país vai cair numa profunda recessão logo após a eleição e a segunda é a de que a inflação voltará numa espiral enlouquecida. O pano de fundo deste cenário controverso é a notável queda do investimento estrangeiro no Brasil, que antes era significativo e agora é residual. É tão pequeno, apenas alguns milhões de dólares, que não deve ser contabilizado para efeito de política.

O Governo percebeu que seu desgaste é grande e, pela primeira vez, os índices de popularidade do Presidente da República experimentaram uma queda. Mais ainda: percebeu que o ônus de modificar o Plano Cruzado já estava sendo pago por antecipação, uma vez que é impossível escamotear a verdade, diante de uma situação de crise potencial tão evidente. A pequena desvalorização do cruzado, ocorrida na última quarta-feira, é o sinal de que o projeto de estabilização da moeda vai sofrer algumas correções. Cogita-se, na área econômica, de "flexibilizar" o congelamento — o que na prática significaria permitir alguns reajustes de preços com o objetivo de desarmar conflitos localizados e restabelecer, ao menos em parte, o abastecimento da população. Por exemplo, o setor que produz açúcar e álcool já trabalha com a perspectiva de ganhar um aumento da ordem de 15%.

O outro lado da moeda é o consumo, que, segundo a teoria dos economistas do governo, está excessivo. Apesar de todos os desmentidos, há estudos e avaliações recomendando a elevação da carga tributária com objetivo de desestimular a população a realizar mais comprar. Alguém já disse que houve em algum momento da história do Ocidente uma dissociação enigmática entre política e economia. No Brasil da Nova República o fenômeno se mostra com uma clareza capaz de ferir olhos sensíveis, porque as grandes estrelas deste período da vida política nacional foram, precisamente, os economistas. E eles estão agora numa situação de tamanha urgência que precisam solicitar do Presidente da República medidas que poderão interferir profundamente no processo eleitoral.

O conflito entre política e economia foi desastroso no regime dos generais, porque neste país o principal eleitor foi recessão ou inflação. É diante deste dualismo que se situa, neste momento, o presidente José Sarney, um político que soube saltar sobre os problemas na ocasião oportuna e um literato que conhece a terrível sentença de Mefisto no seu diálogo com Fausto: "A obra da criação caminha sem vagar para a destruição. Seria bem melhor que nada fosse criado". O Presidente da República está, agora, na posição de definir os adversários, refazer alianças que se perderam pelo entusiasmo prematuro e atribuir hierarquia a seus conflitos.

André Gustavo Stumpf é coordenador de Política do JORNAL DO BRASIL em Brasília